



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 8 de agosto de 2022 - Ata n.º 78.

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Nelson Luersen** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **78.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Nelson Luersen – UNIÃO): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 77, de 2 de agosto de 2022, antecipada do dia 3 de agosto de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudesse retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Vamos de imediato ao Grande Expediente, que, por proposição do Deputado Romanelli, será destinado para ouvirmos o pronunciamento do economista e supervisor técnico do Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e



Estudos Socioeconômicos, Sr. Sandro Silva, que explanará sobre a classe trabalhadora e as agendas legislativas das centrais sindicais. Registrarmos a presença aqui na Casa do Sr. Alexandre Húngaro da Silva, Presidente CBT, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Paraná, Sr. Caio, Assessor da CUT/PR, Sr.^a Iara Freire, Diretora da UGT, União Geral dos Trabalhadores, Sr. Marcio Kieller, Presidente da CUT, Sr. Paulo Pedron, Assessor da Força Sindical do Paraná, beltronense da Gema e Sr.^a Suzana Beatriz Guthner Arrua, Força Sindical Paraná e Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Paraná. Sejam todos bem-vindos aqui à Casa. Concedo a palavra ao Deputado Romanelli, proponente desta homenagem, para que faça a saudação aos nossos convidados e convidadas.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli e o Sr. Sandro Silva.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^a Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Nelson Luersen, demais Parlamentares que integram esta Casa. Solicitei, a pedido das Centrais Sindicais, este horário do Grande Expediente para que pudéssemos ouvir aqui a sua voz em relação à pauta legislativa, em um momento bem importante que o nosso País atravessa. E aqui hoje recebemos os representantes das Centrais Sindicais, além, é claro, de ouvirmos o Sandro Silva, que é o nosso Diretor do Dieese, Paraná, e que, como supervisor na área de emprego, mas de salário do nosso Estado, tem profundo conhecimento da economia e do tamanho do desafio que nos espera. E, ao mesmo tempo, não posso deixar de registrar aqui a importância desse documento, que é o Conlat, que trata sobre empregos, direitos, democracia e vida, a pauta da classe trabalhadora. É um documento que foi extraído de forma absolutamente democrática dos encontros, do debate, da discussão das centrais sindicais: da Central Sindical e Popular, a CSP com lutas; da CTB, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Paraná; da CUT, Central Única dos Trabalhadores do Paraná; da Força Sindical/Paraná; da Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Paraná; da Pública Central Sindical do Servidor



Público; da UGT, União Geral dos Trabalhadores, além, é claro, de demais Forças do Movimento Social e Trabalhista Sindical do nosso Estado. O fato concreto, senhoras e senhores, é que tive a oportunidade, como Secretário Estadual do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, de ter convivido e trabalhado, aliás, grande parte de minha vida, com as pautas do movimento sindical e essas pautas são pautas focadas justamente na superação da profunda desigualdade que temos na nossa sociedade, que começa, justamente, pelo emprego. Emprego está sempre relacionado à dignidade do trabalhador. Por outro lado, o nosso Estado do Paraná tem gerado empregos, mas precisamos ter emprego de qualidade. Temos que aumentar o valor médio do salário do trabalhador paranaense. Esse é, indiscutivelmente, o maior de todos os desafios que temos. Por isso que essa pauta legislativa é fruto desse consenso, se não é consenso, mas foi construído pela maioria. E dou, como bom exemplo, de um consenso que obtivemos no Paraná, que foi ter conseguido construir a política do piso do salário mínimo regional a partir de acordos tripartites no âmbito do Conselho Estadual do Trabalho. Temos hoje como uma política permanente, o piso do salário mínimo regional é o maior do País e ele tem sido uma referência importante, principalmente no momento em que há uma sabotagem de muitos sindicatos patronais que recusam fazer acordos ou convenções coletivas de trabalho e aí, sim, o piso serve como referência para essas categorias, considerando quando não há acordo ou convenção coletiva de trabalho. E também atinge todos os trabalhadores que não são sindicalizados, do ponto de vista de ter um sindicato representando a sua categoria profissional. Por isso que isso foi fruto do debate, da discussão e do avanço que os trabalhadores tiveram. Também de setores empresariais melhores, do ponto de vista da discussão e, obviamente, do papel que o Governo tem que fazer na construção de uma política que possa integrar essas relações de trabalho. Presidi o Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho durante dois períodos seguidos, no início da década de 2012/2013, no momento em que este País, inclusive, viveu o pleno emprego, pelo menos aqui no Paraná vivemos já momentos de pleno emprego, e sabemos que o pleno emprego, que é a geração de empregos que aumenta o valor do salário dos



trabalhadores e trabalhadoras. E agora, obviamente, vivendo um período de inflação e de salário baixo, sabemos o quanto que esse desafio é grande. Mas vamos aqui ouvir aqui o nosso economista e supervisor técnico do Dieese, o Sandro Silva, que fará apresentação, e agradecendo também a presença aqui do Alexandre Húngaro da Silva, Presidente da CTB que está aqui conosco, da Iara Freire, que é Diretora da UGT/PR, do Marcio Kieller que é Presidente da CUT/Paraná, do Paulo Pedron que é Assessor da Força Sindical do Paraná e da Suzana Beatriz Guthner Arrua da Força Sindical do Paraná e Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná. Senhor Presidente, da minha parte inicialmente é isso, mas cumprimentando todos e obviamente dando a palavra ao economista Sandro para que ele faça a apresentação aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ouvir então o Sr. Sandro Silva, que é Economista e Supervisor Técnico do Dieese.

SR. SANDRO SILVA: Primeiramente boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Presidente Ademar Traiano, a Deputada Luciana Rafagnin, o Romanelli, e cumprimentando-os, cumprimento todos os presentes aqui. É importante destacar que a nossa participação aqui nesta Sessão é para trazer dois documentos que foram elaborados pelas centrais sindicais em nível nacional. Um é a pauta da classe trabalhadora e o outro é uma agenda legislativa das centrais sindicais, em nível nacional. Esses são os dois principais temas, mas, antes de apresentar os principais pontos da pauta e principalmente da agenda, acho que é importante resgatarmos um pouco e falar um pouquinho sobre o objetivo dessa pauta. Essa pauta tem como objetivo principal mudar a trajetória de desenvolvimento do País, nos últimos anos. Infelizmente vimos observando uma volta das políticas neoliberais, no Brasil, com redução do tamanho do Estado, várias reformas que de certa forma atacaram os direitos dos trabalhadores e da sociedade e isso, infelizmente, não gerou crescimento econômico e nem resolveu o problema fiscal do País. A dívida interna brasileira continua aumentando mesmo antes da pandemia e



agora, infelizmente, mesmo após a pandemia, continuamos observando aumento da dívida interna, aumento da pobreza, da desigualdade social, da insegurança alimentar com a volta da inflação alta. Então, essa agenda e essa pauta têm como principal objetivo colocar propostas das centrais sindicais, dos trabalhadores, de algumas mudanças com relação às políticas econômicas e sociais do País. Além disso, também gostaria de salientar que hoje, infelizmente, no mundo, o Brasil acaba sendo uma ilha em termos de política econômica. A grande maioria dos países no mundo abandonou as políticas neoliberais e aqui, no Brasil, mesmo em um período de pandemia, insistiu-se em adoções de políticas que tiram direito dos trabalhadores, como, por exemplo, a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e outras várias medidas que foram feitas e foram propostas pelo Governo, que não geraram emprego de qualidade. Aquilo que o Deputado Romanelli comentou, infelizmente apesar de termos observado uma redução da taxa de desemprego em nível de Brasil e também em nível do Estado do Paraná, ainda estamos muito longe da taxa de desemprego que tínhamos em 2013, 2014. E, além disso, temos aumento da informalidade, aumento da precarização do mercado de trabalho. Infelizmente essa é a realidade que vivemos e a pauta se coloca muito em relação a isso para tentarmos mudar isso. Então, vou apresentar rapidamente a pauta. Como foi comentado aqui, a pauta reúne várias centrais sindicais que participaram da sua elaboração e ela traz 63 propostas que são divididas em quatro eixos principais de propostas. Primeiro eixo, que são as prioridades com relação à política; segundo eixo, desenvolvimento sustentável com geração de emprego e emprego de qualidade e geração de renda, que, infelizmente, hoje, pouco se discutem as políticas de geração de emprego e renda. Emprego de qualidade. Não adianta você gerar as ocupações informais ou hoje também, o que estamos observando, o que está crescendo são os trabalhadores por conta própria que são aqueles trabalhadores que não conseguem um emprego e acabam tendo que buscar uma atividade, para poder sobreviver, para poder comer. Além disso, temos também o eixo de trabalho, emprego e renda; e, por último, um emprego sobre estados e políticas públicas. Nesses eixos, e aí um dos pontos importantes que antes de entrar



nas propostas, temos algumas diretrizes que estão apontadas nesse documento – que foi entregue aí nos Gabinetes praticamente de todos os Deputados –, onde as principais diretrizes que colocamos são: a defesa e o fortalecimento da democracia, atender às necessidades fundamentais da sociedade brasileira, gerar emprego de qualidade com políticas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho. Vimos observando ainda um aumento da desigualdade para algumas pessoas. Promover o readenseamento e sofisticação das cadeias produtivas de valor; desenvolvimento dos pequenos negócios, do cooperativismo e da economia solidária; preservação do meio ambiente com transição justa para os trabalhadores e trabalhadoras, e comunidades afetadas; universalizar as políticas de educação e formação profissional com qualidade; o desenvolvimento regional que é muito importante porque temos muitas desigualdades regionais e se aprofundaram nos últimos anos; inovação e modernização tecnológica e um último, a diretriz que colocamos da pauta, é política externa soberana e integrada da região. Aqui quando estou falando da região, estou falando da região da América Latina. E aqui destaco alguns exemplos de propostas prioritárias que as centrais sindicais em nível nacional colocam, como instituir uma política de valorização do salário mínimo. É importante destacar aqui, desde 2019, acabou a política de valorização do salário mínimo. Hoje temos só o cumprimento da Constituição que fala da reposição apenas da inflação. Estabelecer um programa de renda básico com direito social, articulado e integrado às políticas sociais; promover a erradicação da fome, combater a carestia e garantir a segurança alimentar; quatro: fortalecer a agricultura familiar e defender o desenvolvimento de uma agricultura com controle nacional das matérias-primas e garantia do armazenamento e comercialização. Infelizmente nos últimos anos nós, praticamente, abandonamos as políticas de apoio ao pequeno agricultor. Cinco: manter e aprimorar as ações de combate à pandemia da Covid-19 e suas consequências sanitárias e econômicas; e seis: suspender de forma imediata a política de paridade dos preços internacionais hoje adotada pela Petrobrás, que está gerando um lucro absurdo da Petrobrás que está sendo repassado para os acionistas e a empresa está investindo cada vez menos, e



estamos cada vez mais dependentes do produto vindo de fora principalmente com relação ao *diesel*. Aqui destaquei alguns pontos prioritários da pauta da classe trabalhadora. Além dessa questão da pauta, como é uma pauta longa, não vou entrar em detalhes, repassamos para vocês todas as propostas que estão ali naqueles quatro eixos que comentei, outra iniciativa importante das centrais sindicais é a agenda legislativa das centrais sindicais, que todo ano, foi feita um ano passado, foi atualizada este ano, então foi construída, foi debatida entre as centrais, essas dez centrais sindicais em nível nacional, de construir essa agenda de acompanhamento. É uma agenda plural e unitária, com temas conjunturais estratégicos para a classe trabalhadora e à sociedade, que indica as posições favoráveis ou contrárias ou com ressalvas nas matérias de interesse aos trabalhadores e da sociedade que estão em tramitação no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como em nível do Senador Nacional, e ali o posicionamento reflete a necessidade de urgência e diálogo com os Parlamentares. Nesta agenda, neste ano, foram priorizadas 36 proposições. Infelizmente a grande parte dessas proposições é contrária aos trabalhadores. Desses 36, apenas 14 são consideradas favoráveis e outras favoráveis com reforma aos trabalhadores. Todas as demais são algo que, de certa forma, do ponto de vista das centrais sindicais, acaba sendo negativo para as centrais. Além dessas prioridades da agenda, a agenda completa conta com um mapeamento legislativo com mais de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, pode continuar.

SR. SANDRO SILVA: Estou quase acabando, Deputado. Agenda legislativa com mais de 120 matérias acompanhada pelas centrais sindicais e busca ampliar e garantir a participação dos trabalhadores e da sociedade em todas as fases do processo de elaboração de leis. E, por último, só para falar como estão separadas essas pautas, essas 36 suposições, não estou... Esqueci de passar aqui, pessoal. Então, em 2022, 36 proposições são priorizadas, sendo que 22 em tramitação na Câmara dos Deputados e 14 no Senado Federal, que



impactam o emprego, direitos, democracia e a vida distribuída na seguinte temática. Então, distribuímos, as centrais distribuíram essas prioridades aí de coisas que estão em pauta no Congresso Nacional nesses temas: trabalho e renda; reforma tributária e fiscal; meio ambiente e agricultura; reforma do Estado e privatizações; democracia, participação e eleições; e proposições relevantes na área de educação, os indígenas, LGBTfobia, moradia, racismo, redução da pobreza, saúde, trabalho, dentre outras. Então, rapidamente, só para mostrar que existe esse outro documento, que depois vamos disponibilizar para todos vocês, que tem essa agenda prioritária das centrais. E, também, aproveitar a oportunidade de divulgar que também as centrais sindicais anunciaram, vamos lançar esta semana uma campanha da paz na política. Temos agendado para quarta-feira, dia 10, às 18h30. Convidamos todos os partidos políticos, as centrais sindicais. Tivemos, na semana passada, uma reunião com o TRE Paraná, onde vamos fazer uma *live* com esse tema... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Para concluir.

SR. SANDRO SILVA: Então, vamos ter, na quarta-feira, essa *live* discutindo paz na política, que é algo muito importante termos o debate e debater sem ter excesso, sem ter os casos de violência que estamos vivendo nos últimos dias, nos últimos meses, infelizmente. Seria isso, Deputado. Obrigado pelo espaço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão para o registro fotográfico.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Michele Caputo.



PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Michele Caputo; Guto Silva; Luciana Rafagnin; Soldado Fruet; Professor Lemos; e Dr. Batista.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, demais membros da Mesa, Deputadas e Deputados! Hoje é um dia extremamente importante, 8 de agosto, o Dia Mundial da Conscientização com relação à AME. Quero mencionar que na mesa dos Deputados têm essa vela aqui, que era importante no dia de hoje acender. É um símbolo que vamos colocar aqui na sequência, extremamente importante. Quero agradecer aqui a presença da Adriane Loper, que nos procurou. Eu, como muitos Deputados aqui, temos uma relação muito direta com as doenças e síndromes raras. O Deputado Presidente Traiano, assim como a Deputada Luciana Rafagnin, acompanham o caso do Valentim, lá na região de Beltrão, e sabem da gravidade e da importância de trabalharmos essa conscientização. A AME é a abreviação de Atrofia Muscular Espinal. A Atrofia Muscular Espinal é uma doença genética, progressiva e, muitas vezes, letal. Ela afeta a capacidade de o indivíduo caminhar, comer e, em última instância, de respirar. Ela aproximadamente ocorre em um cada 10 mil nascidos vivos, e é a principal causa genética de morte em bebês. No Paraná, a informação que temos é que 82 pessoas vivem com a AME. A AME afeta os indivíduos em várias faixas etárias: bebês, crianças, adolescentes e adultos, em níveis variados de gravidade. Os recém-nascidos e bebês podem desenvolver a AME de início precoce, a forma mais grave da doença, que pode levar à paralisia muscular e impedir que os bebês realizem funções básicas da vida, como engolir ou manter a cabeça ereta. A AME de início tardio é mais comum entre crianças mais velhas, adolescentes e adultos, que podem apresentar fraqueza muscular e incapacidades significativas, como a incapacidade de ficar de pé ou de andar de forma independente. Apesar de ser considerada rara, a AME tipo 1 tem grande impacto social, pois é a principal causa genética na mortalidade infantil. Atualmente, não existe cura para a AME, mas existem tratamentos e essa é a grande luta das famílias, das mães de forma muito especial, que muitas vezes



precisam judicializar para poder adquirir condição de medicamento e de terapias. O tipo de tratamento necessário depende do tipo de AME e da gravidade dos sintomas e inclui: cuidados respiratórios, fisioterapia, controle nutricional, que podem melhorar os sintomas da doença e garantir qualidade de vida. Felizmente, vários estudos e pesquisas estão em andamento para encontrar novos tratamentos. Queria aqui, informado que fui pelo Presidente Traiano e pela Adriane, que por conta de uma articulação feita, não é, Deputado, o Valentim faz parte de uma experimentação mundial que busca uma vacina para a AME. Claro, com autorização da família, dentro dos critérios éticos que envolvem a Bioética e a Biomedicina. Espero que se tenha sucesso, até porque vimos no Covid, apesar de muitos considerarem o contrário, que a vacina foi a diferença no impacto da mortalidade com relação à doença. Viva a vacina! Viva a vida! Hoje, portanto, é esse Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinal. Foi criado por uma lei, a 14.062, de 23 de setembro de 2020, que instituiu esse Dia Nacional. Então, mundialmente, neste dia 8, tem essa simbologia de acender as velas, que é uma homenagem aos que não estão mais entre nós em virtude da doença e para manter a chama acesa na esperança de avanços no tratamento da AME e, se possível, no desenvolvimento de uma vacina, de uma cura. Todos os Sr.^s Deputados que receberam a vela, esta vela é do Instituto Fernando... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Estou concluindo, por favor, Presidente. Fernando é o filho da Adriane Loper, que faleceu com nove anos. A Adriane fez disso uma luta em busca do tratamento, tem sido uma voz neste País muito ativa e muito guerreira. As minhas saudações, Adriane. Mulheres como você são imprescindíveis. E ela representa a comunidade AME no Paraná. Acenderei simbolicamente esta vela e peço que cada um aqui dos Deputados ou em casa também possam acender a sua vela no dia de hoje. Pequenas atitudes geram grandes conquistas. Muito obrigado. E, mais uma



vez, Adriane, leve a nossa solidariedade e o nosso compromisso de luta para todos que estão neste processo de tratamento da AME. Obrigado, Presidente. E parabéns pela sua atitude!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, entendo que é um momento muito importante para o movimento em defesa das crianças que têm essa síndrome rara, a doença AME. A Adriane é uma grande lutadora, perdeu um filho, contou-me sua história, com 9 anos de idade, e vivenciei uma história lá no Sudoeste, na cidade de Marmeleiro, a Deputada Luciana conhece, o Valentim. O Valentim também tem essa síndrome e à época o custo da vacina única, que teria que vir dos Estados Unidos, ficava na ordem de R\$ 12 milhões. O Valentim, em um sorteio mundial, foi beneficiado, foi contemplado para receber a vacina e já está evoluindo muito bem. Então, aqui no Estado, inclusive, houve redução do ICMS, o Governador autorizou, também houve redução de um imposto federal e hoje essa vacina imagino que o custo já tenha caído muito, está me dizendo a Adriane que fica na ordem de R\$ 6 milhões. Então, temos inúmeras crianças aqui no Paraná com esse problema, acho que é muito sensível a causa e a parabenizo, Adriane, pela tua luta, porque conhecemos e sabemos quanto é difícil buscar alternativas para a solução desta síndrome que afeta crianças e que se não conseguir a vacina a sobrevida dessas crianças é muito curta. Então, parabéns. Com a palavra, Deputado Guto.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, gostaria de usar a tribuna hoje apenas para fazer um registro importante, porque foi criado por meio do Decreto n.^º 11.863 o Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial, o BPRone. É o primeiro Batalhão dessa polícia especializada que de fato tem caráter complexo pela atividade. É inteligente por parte do Governo em dar autonomia e ter um Batalhão especializado, mas gostaria aqui, na verdade, de parabenizar o primeiro Comandante, que será o Major Alves. O Major Alves, para quem não sabe, acompanhava-me na Casa Civil para os assuntos militares na época em



que estava na Secretaria da Casa Civil, uma pessoa altamente qualificada, dedicada, competente e, além das atribuições técnicas, que é um membro da Rone já há muito tempo, tem algo que é muito precioso neste processo todo político e institucional, que são as características humanas, é uma pessoa leal, bom caráter, boa pessoa e tenho convicção de que a decisão foi acertada de nomeá-lo para ser o primeiro Comandante do Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial, o BPRone. Então, desejo a esse novo Batalhão êxito e sucesso e, naturalmente, ao Comandante Major Alves que tenha muita alegria e muito sucesso na empreitada e tenho convicção, pela sua competência, pela sua forma, de que será um exemplo para todo o Paraná e para todo o Brasil. Viva a nossa Polícia Militar! Viva a gloriosa Polícia Militar! Viva o Major Alves nesta nova atribuição!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero inicialmente cumprimentar aqui o Deputado Michele Caputo e parabenizá-lo por trazer essa grande reflexão sobre o dia de hoje, o Dia Nacional da AME, doença que tem acometido então muitas pessoas, inclusive aqui no Estado do Paraná, e que por meio do Instituto Fernando, na pessoa da Adriane, buscam cada vez mais levar um pouco de esperança a todas as pessoas, a todos que são acometidos por essa doença, a doença da Atrofia Muscular Espinal. Então, parabéns ao Deputado Michele Caputo por trazer para nós essa grande reflexão e trazer viva para nós a esperança de que devemos, sim, lutar para buscar o tratamento dessa doença. Senhor Presidente, no dia de ontem, dia 7 de agosto, a Lei Maria da Penha, Lei n.^º 11.340, completou 16 anos de existência. A Lei Maria da Penha é considerada pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo aplicadas contra a violência de gênero. Sabemos que desde que surgiu a Lei Maria da Penha ela tem sido, sim, um mecanismo para enfrentar e prevenir a violência doméstica e familiar que ocorre principalmente contra a mulher. Mesmo com o



surgimento da Lei Maria da Penha, que, quando surgiu, leva esse nome porque a Maria da Penha foi uma pessoa, uma mulher que muito sofreu e que foi inclusive, pelo seu ex-marido, levou um tiro, um tiro pelas costas, tiro que a deixou paraplégica. Infelizmente foi vítima da violência doméstica e familiar, mas não se calou – sofreu muito enquanto ainda convivia na casa com o seu agressor, mas isso não foi motivo para se calasse, ao contrário, lutou por 19 anos na Justiça para que o criminoso pagasse pelos seus crimes. E, a exemplo da Maria da Penha, sabemos que são inúmeras as mulheres que sofrem da violência doméstica e da violência familiar e precisamos, sim, aqui, trazer presente o que assegura a Lei Maria da Penha, quanto ela luta e busca para que as mulheres realmente possam ter vida. Infelizmente não vemos o Estado, aqui falando o Estado como um todo, tanto por quem governa em nível nacional, por quem Governo o nosso Estado, não vemos ações que realmente busquem coibir, que busquem fazer o enfrentamento a essa violência que as mulheres enfrentam, essa violência doméstica e familiar. Infelizmente, mesmo com a pandemia, naquilo que pensávamos que pudesse diminuir a violência contra a mulher, os dados nos assustam. Uma a cada quatro mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência durante essa pandemia. Mesmo com várias ações e várias divulgações sobre o que a Lei Maria da Penha assegura às mulheres, sabemos que as mulheres ainda são vítimas de violências, inclusive a que consideramos mais grave de todas é a violência física, a violência que tem levado a vida de muitas mulheres. Por isso, é importante que o Estado esteja presente, com ações, com medidas que realmente venham a prevenir a violência contra a mulher, mas, acima de tudo, ações que busquem cada vez mais salvar a vida das mulheres. Essas ações precisam... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Essas ações precisam estar presentes no nosso dia a dia. Precisamos votar, sim, os projetos que aqui



estão, que são projetos que fazem esse enfrentamento à violência contra a mulher. Precisamos divulgar mais para que todas as mulheres saibam que existe a Lei Maria da Penha, que existe o Disque 180, para que elas possam pedir socorro, que existe o Botão do Pânico para que as mulheres possam se sentir amparadas no momento de fazer uma denúncia, que elas possam se sentir amparadas por essa lei que completa 16 anos, que salvou com toda a certeza a vida de muitas mulheres, mas poderia ter salvado muito mais, se o Estado não fosse omisso. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, amigos que nos acompanham por meio das redes sociais, da TV *Assembleia*. Governo de propaganda! Governo de propaganda enganosa. Começou nas escolas da Polícia Militar em alguns batalhões, em algumas companhias, a maior propaganda do Governo, mas esqueceram de um detalhe, os alunos têm que comer, os alunos têm que tomar café, têm que almoçar, têm que jantar, muitos. Os alunos têm que limpar o ambiente em que eles estão. Senhoras e Sr.^s Deputados, estou recebendo aqui diversas mensagens que não se prepararam para isso. Tem batalhões, que pelo o que me consta aqui, está faltando comida para os alunos. Esta semana, para ser exato, quarta-feira, dia 10 de agosto, a Polícia Militar fará 168 anos de história, mas, em toda a sua história, nunca vi a PMPR passar por situações vexatórias que esse Governo desse Ratinho Junior está fazendo com a Polícia Militar. É uma vergonha atrás da outra. Os nossos militares não podem se expor em rede social, não podem se expor à imprensa, porque senão são cassados pelos seus Comandantes, como está acontecendo na região de Guarapuava. Trinta e dois policiais passivos de serem punidos, porque expuseram a sua raiva e a sua indignação nas redes sociais, naquela situação de Guarapuava. Agora, recebo mensagem aqui de que os alunos podem passar fome, porque



não tem comida nos batalhões. Como vocês conseguiram começar uma escola de aluno e não se prepararam? Como que fizeram isso? Colocaram alunos nas escolas, nos batalhões, nas companhias e não se prepararam. Ou vocês acham que eles não iam comer e iam viver de vento? É um absurdo! Então, que o Comando-Geral acelere a liberação desses recursos, desse Fundo Rotativo, que é uma miséria, é uma miséria esse Fundo Rotativo. "Malemar" dá para comprar sabão para limpar os batalhões, as companhias. Cram-se batalhões por tudo quanto é canto aqui. Vejo, cria-se batalhão, aqui, cria-se batalhão lá, sendo que o problema não é batalhão, o problema é soldado na rua, é polícia na rua. Cria-se batalhão para ter Coronel, Tenente-Coronel, Major e aquela coisa toda. O que queremos é soldado na rua. Então, pelo amor de Deus, tem que ter mais respeito pela Polícia Militar do Estado do Paraná. Como é que vocês não sabiam que não ia ter comida para os alunos? Como se começou uma escola sem se preparar? Daí cobra praticamente duas semanas de escola. Aqui, o desespero de algum pessoal aí pedindo: *Pelo amor de Deus, mande recurso que não temos mais dinheiro para comprar comida.* Que mandaram uma merreca, uma miséria de Fundo Rotativo. Então, tenho certeza de que o Líder do Governo virá aqui e, por favor, ajude-nos a explicar essa situação. Por que alguns batalhões, pelo menos o que recebi aqui, o 3.º CRPM, o 5.º CRPM não têm ainda recurso para comprar alimentação? Qual é o problema? *Ah, mas é a parte burocrática.* Poxa, vocês sabiam que ia começar a escola há quase seis meses e não se prepararam? Então, que falta de respeito. Cento e sessenta e oito anos da minha gloriosa PMPR está fazendo aniversário. Tenho orgulho de dizer aqui, de bater no peito, que fiz parte dessa história. Continuo sendo um soldado da Polícia Militar, representando a minha gloriosa PMPR aqui dentro. Não preciso vestir uma farda novamente para dizer que sou policial, porque está no meu coração a minha farda. Vou defender a minha instituição aqui, a Polícia Militar, servidores públicos, segurança pública, a todo custo. Chega de ficar fazendo propaganda em cima dessas instituições! Chega! É muito bonito tirar fotinho com polícia na rua, é muito bonito, mas na hora de meter o dedo para ajudar a policiada aqui é meia dúzia. Aí, é difícil. Agora, quero uma resposta do Governo, por que tem batalhão que ainda não



tem recurso para comprar mantimento para os alunos? Qual foi o problema? O que aconteceu? Tem que ter uma resposta. A sociedade quer a resposta, os batalhões querem uma resposta... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Fruet, um minuto para concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Ok, Sr. Presidente. Eles não podem se pronunciar, mas fui eleito para falar por eles. Enquanto estiver aqui, vou falar que o Governador Ratinho Junior é o pior Governo do Estado do Paraná, para a segurança pública, para os servidores públicos. Uma falta de respeito tremenda ele está fazendo com a nossa Polícia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, cumprimento todos e todas, cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Quero aqui inicialmente render homenagens ao José Roberto, que faleceu ontem e foi sepultado hoje em Ponta Grossa. José Roberto foi o Presidente do Sindijus, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário. Fez um trabalho relevante a favor dos servidores, a favor do nosso Estado. Faleceu ontem pela manhã e foi sepultado hoje às 11 horas em Ponta Grossa. Minha solidariedade à família, aos amigos, à população de Ponta Grossa e a todos os servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Uma perda irreparável. Ficam aqui os nossos sentimentos e a nossa solidariedade a toda a família, amigos e também aos familiares e aos funcionários do sindicato, de todos os servidores, que queriam muito bem o José Roberto. Ontem, dia 7 de agosto, Dia do Funcionário e da Funcionária de Escola do Estado do Paraná, Dia Estadual. Uma lei de nossa autoria instituiu essa data para dar visibilidade a esses educadores e educadoras que fazem a diferença, ao lado de professores e professoras, fazendo acontecer a educação dos nossos filhos. Portanto, são educadores que precisam ser respeitados



nessa tarefa de educar. Queremos mais uma vez aqui parabenizar todos os funcionários e funcionárias de escolas do Estado do Paraná pelo trabalho extraordinário que fazem e muitas vezes sem o reconhecimento. Queremos mais uma vez solicitar ao Governador que valorize os funcionários de escolas e os trate como têm que ser tratados, como educadores que são. Suspenda as terceirizações que precarizaram a contratação de servidores e servidoras, Agente Educacional I e II na rede estadual e faça concurso público e que mande para esta Assembleia um Projeto para revogar a lei que extinguiu os cargos de Agente Educacional I e II. Continuamos aqui combatendo o bom combate na defesa da educação, na defesa dos nossos funcionários e funcionárias de escolas. Viva os nossos funcionários e funcionárias! Parabéns a esses funcionários e funcionárias que cuidam da educação de mais de um milhão de alunos no Estado do Paraná! Quero também aqui, Sr. Presidente, fazer uma denúncia. Uma denúncia que vem lá de Goioerê. Goioerê, temos um Agente Educacional II, funcionário de escola, que foi desrespeitado. Ele foi Diretor de Escola por cinco anos, foi eleito Vereador do município de Goioerê, e agora sofre perseguição política no município com a contribuição de servidor público que atua no Núcleo de Educação. E aqui tem um documento que o Marcio Lacerda, que é o Vereador, que é funcionário de escola, encaminhou-me, um Parecer Técnico lá do Núcleo de Educação de Goioerê, dizendo que no mês de maio a Chefe do Núcleo, a Chefe do Núcleo é a professora Tania Faria Henrique, ela solicitou ao RH do núcleo os atestados médicos que ele tinha tirado, as licenças que ele tinha tirado no passado. E aí o que aconteceu? Agora, nos últimos dias, um jornal da cidade faz cópia dos atestados e dá publicidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, o jornal da cidade faz cópias desses atestados, teve acesso, e divulga de modo criminoso, porque isso é sigiloso, isso não podia estar na imprensa. Não sei se foi a Chefe do Núcleo



que entregou para a imprensa, mas alguém lá do Núcleo fez esse serviço sujo. Isso é crime contra esse funcionário, contra esse Vereador, e também tirou do contesto, mentiram contra ele na imprensa, tem mentiras. O Governo precisa tomar providência com urgência, fazer rapidamente um processo administrativo, levantar os responsáveis por esse crime no núcleo de Goioerê e punir devidamente conforme a nossa legislação. Isso é inaceitável o que aconteceu em Goioerê... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seu tempo encerrou, Deputado. Próximo orador, Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, 1.º Secretário Deputado Romanelli, 2.º Secretário Deputado Soldado Fruet. Senhoras e Sr.^s Deputados, senhores que nos assistem. Senhor Presidente, venho a esta tribuna hoje para fazer um convite, um convite especial a todo o Estado do Paraná, a todos os Parlamentares, a todas as pessoas que gostam realmente de um bom encontro, de um bom festival. Está acontecendo na Sema, na cidade de Maringá, o Festival Nipo-Brasileiro, um festival muito bem organizado pelo nosso Presidente Afonso Shiozaki, ao lado da sua esposa Elisa Shiozaki e o seu Vice-Presidente, o Armando Emori. Senhor Presidente, sabemos que a cidade de Maringá, quando faz essa promoção por meio da Sema, uma organização voluntária, Deputado Jonas Guimarães, onde todos, todos os trabalhadores montam todas as suas entidades na Sema e faz um trabalho para ajudar todas as entidades benéficas da cidade de Maringá e do Estado do Paraná. Não é à toa que na cidade de Maringá o Sr. Afonso Shiozaki, com a sua esposa, a Dona Elisa Shiozaki, Cidadã Benemerita do Estado do Paraná, ele Cidadão Benemerito do Estado do Paraná, por um trabalho brilhante que faz em todo o Estado, um trabalho que pensa nas pessoas mais carentes, um trabalho que pensa em todas as entidades. Quando vemos os colegas falando de algumas alterações genéticas, algumas patologias, algumas doenças, quando falamos da Apae, essas entidades recebem ajuda desse grande encontro, desse grande festival



nipo-brasileiro, que é produzido todos os anos pela Sema, em Maringá. Então, a cidade de Maringá está de parabéns pela recepção de mais de cem mil pessoas que com certeza passarão nessa grande feira, mais de mil pessoas encontramos só no período na área alimentar. E sempre presente lá o nosso Governador, sábado à noite o nosso Governador Ratinho Junior, e fizemos uma caminhada em toda a feira, e a recepção, uma recepção muito calorosa, com muito amor, um pessoal realmente que sabe respeitar o ser humano nos lugares. Olha, o trabalho que faz a Colônia, não só no Estado do Paraná, como em Maringá, está de parabéns, um trabalho com muito respeito, com muito amor. E tenho a satisfação de falar que participo desse clube, participo da Sema, realmente faço a minha atividade esportiva com todo o pessoal lá, e é um pessoal que agrada trabalhamos e jogarmos aquele futebolzinho, aquela alegria. Por isso que esse encontro, fazemos o convite a todo o Estado do Paraná, que por meio do seu Presidente, volto a repetir, Sr. Afonso Shiozaki e a sua esposa, Dona Elisa Shiozaki, com certeza até cobrou a minha presença com a minha esposa, que estaremos, sim, participando, eu e a minha esposa Cleo, participando de um jantar, sim, Sr. Afonso Shiozaki, e convidar todos os casais, todas as pessoas, que venham para Maringá, que venham participar desse festival. Senhor Afonso, um grande abraço ao senhor e à Dona Elisa, um abraço a toda a equipe que faz esse trabalho voluntário aí na Sema, que Deus o abençoe, que vocês estão sempre lutando pelas pessoas menos favorecidas pela sorte. Que Deus abençoe. É só então, Sr. Presidente, é o recado de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Republicano, Deputado Homero.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Homero Marchese (REP); Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Delegado Jacovós (Governo); e Requião Filho (Oposição).

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, população que nos assiste, boa tarde. Na última quarta-feira estive na frente do Ministério Público Estadual aqui no Paraná, na



frente da Procuradoria-Geral do Ministério Público para fazer um protesto, Deputado Tadeu, sobre os dois anos de aniversário do acordo de leniência firmado entre o Grupo J.Malucelli, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal, em que o grupo se comprometeu a devolver R\$ 100 milhões aos cofres públicos do Paraná em algumas prestações, e em troca disso se livrou de algumas sanções especiais direcionadas aos seus diretores e denunciou uma série de malfeitos no Estado, uma série de malfeitos, entre eles um possível esquema de corrupção que aconteceu nesta Assembleia ali talvez em 2015. Os Deputados teriam recebido propina, Deputado Fruet, para atender a um pedido feito, vou dizer novamente, pelo grupo J.Malucelli. E já estou desde o ano passado buscando informações sobre essa investigação e não consigo obter. Oficiei o Ministério Público o ano passado, em 2022 agora esse ano oficiei de novo, e tudo o que recebo de resposta é que as reivindicações estão em sigilo, que não podem ser informadas. Espero que estejam, porque sigilo não é para defender vagabundo. Sigilo é para defender investigação. E quero dizer a todos os interessados que não existe a menor chance de eu esquecer o que está acontecendo. Já fiz vários ofícios. Mandei mais um recentemente. Vou ao Conselho Nacional do Ministério Público, se for o caso, porque quero saber qual é o fim da investigação. E o Sr. Joel Malucelli que está utilizando empresas do grupo J.Malucelli de Comunicação para me atacar, porque ficou bravinho. Está bravinho, Sr. Joel? O senhor precisa se acalmar, porque quem tem que prestar esclarecimentos aqui à população é o senhor, não sou eu. Vamos falar bem francamente, aliás, é pouco inteligente quem age dessa maneira, porque estou cobrando qual é a consequência da investigação. O Grupo devolveu o recurso. Quero saber qual é a outra ponta. O que aconteceu com a outra ponta? E a pessoa parece que não entende. Vou fazer uma proposta de acordo com o Sr. Joel Malucelli. A minha proposta é o seguinte ao senhor, ao seu grupo de comunicação: aceito sua rendição incondicional, aí paro de falar sobre o assunto. Vamos fazer desse jeito. Porque é um desperdício de tempo achar que vou parar de fazer a minha missão. Já ouvi isso uma vez, e vou repetir tantas vezes quantas forem necessárias, a missão é mais importante que o missionário. Se for para me



desgastar para cumprir o meu dever para qual fui eleito, vou fazer isso. Vou entrar no campo de futebol e vou sair com a camiseta rasgada e com o meião sujo, esse é o meu papel. E paciência quem não goste disso. Aliás, é engraçado, porque esses ataques sempre parecem ter uma ajuda aqui dentro, Deputado Requião, impressionante. Impressionante. Aliás, acho que sou o Deputado mais atacado da história desta Assembleia. Mais atacado, não é possível. É ataque de tudo quanto é lado. Pegam umas falas e fazem umas falsas polêmicas. Inventam conversas moles e jogam ao ar. Que covardia é essa? E também vou fazer uma proposta a essas pessoas: eu paro, desde que vocês se rendam incondicionalmente. Eu paro. Agora, posso aqui, por exemplo, ficar toda Sessão, até o final do ano, Deputado Fruet, lendo, no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, notícias e notícias sobre o acordo de leniência firmado pelo Grupo J. Malucelli, vou reiterar, com o Ministério Público Estadual e Federal. Vou falar de fato a fato que saiu na imprensa. Se tiver anexo guia público, vou falar também, vou revelar. Não tem problema nenhum. Estou sendo pago para isso. Tenho tempo para falar. Pego aqui a notícia e leio, leio e leio. O Apocalipse prevê a luta final entre o bem e o mal, entre Deus e o diabo, provavelmente o diabo e bem careca. As forças malignas são formadas por um exército gigantesco comandado por um anticristo, o demônio mor em pessoa. Mas, de acordo com o Apocalipse, eles serão derrotados por Jesus, que reinará por mil anos, com satã acorrentado por todo esse período. O diabo, porém, não é fácil de derrotar, como todos os senhores sabem, e conseguirá se libertar e voltará para a batalha final, que acontecerá em um lugar chamado Armagedom. Talvez não seja esse o nome do lugar em que essa batalha final vai acontecer. Mas queria falar sobre isso para lembrar também dos senhores aprovados no concurso da Polícia Civil do Paraná, que muito gentilmente e de forma muito decente têm lutado pelo direito a serem nomeados no cargo. E esse episódio, em que existe um aparente desinteresse de investigação de corrupção que aconteceu nesta Assembleia, esse episódio nos chama a atenção, Deputado Marcel, para a necessidade de aproveitarmos todos os aprovados do concurso da Polícia Civil. Sei que o Governo já chamou, convocou 150 delegados, 50 papiloscopistas e 200



investigadores e prometeu também convocar mais cem investigadores no ano que vem. Mas, dada a circunstância em que a Polícia Civil se encontra no Estado, isso não é culpa, evidentemente, deste Governo, é importante que reforcemos as nossas delegacias, as nossas equipes de investigação. As delegacias de combate à corrupção, por exemplo, precisam ser mais bem dotadas de pessoas, para que possam fazer um papel tão importante, que é o de garantir que as regras do jogo sejam cumpridas e todo mundo jogue dentro das quatro linhas. Porque quando você tem o Estado corrupto, o que você tem é alguém pagando a conta dessa irregularidade toda. Isso não pode acontecer. Precisamos construir um País em que seja bom viver. Que as pessoas sintam-se respeitadas e que vejam o fruto de seu esforço traduzido em trabalho e depois em tributos devolvido da forma correta, Deputado Bazana, o senhor faz isso muito bem. E vamos lutar para fazer isso custe o que custar, doa a quem doer e aconteça o que acontecer, Deputado Guerra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Primeiro assunto é que hoje realizei aqui uma Audiência Pública falando de energia renovável. Uma Audiência muito boa, muito importante, porque esse tema energia renovável interessa ao Paraná, ao Brasil e ao mundo todo. Tivemos aí as pessoas colocando as informações. Foi uma Audiência rica em informações, dizendo da importância da energia renovável. Teve a participação aqui de pessoas ligadas ao Governo do Estado. E o que nos deixou evidente é que para essa energia renovável, especialmente energia solar, prosperar aqui no Paraná, tem que ter um apoio, um incentivo fiscal do Governo. Já tem alguns, mas é pouco ainda. O Paraná vem perdendo no ranking. Estava em quinto lugar, está no sexto lugar agora. Se estamos perdendo é porque outros estados estão sendo mais rápidos em agir a favor da



energia renovável. Até uma pessoa aqui ligada ao Secretário da Fazenda disse que o Governo terá uma queda na arrecadação, devido ao valor do ICMS ter abaixado e estão preocupados que a arrecadação caia muito. Compreendemos tudo isso, porém, por outro lado, a economia do Brasil, que vem de vento em popa, a economia vem crescente no Brasil, as vendas aumentaram e a arrecadação aumenta junto. Ele citou até os valores repassados aqui ao Poder Legislativo, Judiciário. Enfim, acho que tudo isso deve ser revisto. Todos esses valores devem ser revistos. Se for para diminuir aqui e não fizer falta e ajudar na outra ponta para investirmos na energia renovável, tudo vale a pena. Lembrei a ele que a Copel teve um lucro de 1,5 bi no primeiro trimestre. E sabemos que isso aí também pode e deve ser revisto para investir. Investir em energia é investir em produção, é investir em arrecadação, é investir em geração de emprego. Então, a ideia é até montar uma comissão para avaliarmos essa energia renovável. Segundo assunto que tenho aqui, o meu colega, não estou vendo ele aqui hoje, o Deputado Arilson Chiorato, ele fez uma fala na tribuna, citou o meu nome, defendendo quase o indefensável. Defendendo o Prefeito de Paraíso do Norte, para o qual fiz algumas críticas, que não partem de mim. Partem de moradores do município que se sentem constrangidos e ameaçados pelos Promotores, em conluio com o Prefeito, para que as crianças tenham a vacina da Covid obrigatória. Mesmo sabendo que tem uma lei estadual, que é soberana, uma lei vigente, que proíbe a exigência de qualquer comprovante de vacinação da Covid, mesmo o mundo, praticamente a grande maioria dos países já pararem de vacinar crianças, suspenderam a vacinação devido aos riscos dos efeitos adversos que nem o fabricante garante, então, o benefício, na verdade, é $\frac{1}{4}$, é isso mais ou menos, é um para quatro o benefício e o risco colateral é 4 vezes maior do que o benefício. Só uma pessoa muito desinformada, ainda, que continua com essa ladainha da Covid e defendendo esse experimento que já teve o efeito que era necessário, não é mais necessário hoje em dia. A pessoa pode tomar 20 doses dessa vacina vai continuar pegando Covid. Só um cara muito cego ou muito louco para não entender isso ainda. E quando o Deputado Arilson diz que eles querem o Governo do PT, querem reconstruir o Brasil, acabar com a violência,



com o fascismo. Meu Deus, onde é que esse Deputado mora? Qual violência que ele fala? A violência no Brasil abaixou e muito no atual Governo. Quem é fascista e quer impor no grito são eles que apoiam o Governo como Cuba, Venezuela, Argentina. Governos totalmente totalitários, ditadores, que calam a mídia e calam o povo. É esse Governo que vocês querem colocar no Brasil? E vejam: a reconstrução do nosso País já está sendo feita pelo Governo Bolsonaro, porque vocês destruíram o nosso País, destruíram a economia, destruíram a credibilidade do nosso País perante o mundo e agora o Brasil conseguiu, em três anos e meio, reconquistar a credibilidade. A economia brasileira é uma das mais pujantes do País, pós-pandemia! É um País que tem gerado emprego, que tem concluído obras, que tem feito um atendimento à sociedade mais carente que nunca teve no nosso Brasil, com o Auxílio Brasil, que é três vezes maior do que o Bolsa Família e com um grande diferencial: a pessoa recebe e pode trabalhar. O Bolsa Família a pessoa era proibida de trabalhar porque aquilo era um voto de cabresto para obrigar o povo a depender do PT. Essa vergonha que acabou no nosso País e vocês não se conformam com isso! Vocês não têm nada para falar do atual Governo, tudo está indo bem, tudo! Qualquer índice econômico do nosso País, hoje, supera os daquela época do Governo Lula e Dilma. A corrupção generalizada que tinha naquele Governo hoje não tem mais, o dinheiro do BNDES hoje é aplicado para investimento no nosso País, com o objetivo correto desde a criação do BNDES. Quem mudou isso foi o Lula, que mudou um artigo para poder fazer obra em outros países. Países ditadores que ele manteve aí, ele bancava esses Países com nosso dinheiro concluindo obras faraônicas lá fora, e aqui “dando uma banana” para o povo brasileiro, que tanto acreditou nesse “descondenado” que tanto mal fez ao nosso País. Jamais poderia ser candidato, ficha suja, preso, julgado, condenado e preso em primeira, segunda, terceira instância e até no STF. E ainda temos que ouvir parlamentar dizer: *Ah, ele tem que voltar, o Brasil tem que voltar a sorrir.* O Brasil chorava na mão do PT. Essa quadrilha organizada que aqui esteve, deixou milhões de desempregados e ainda vejo Deputado do PT falar: *Ah, o desemprego no Brasil é o menor desde 2015.* A inflação no nosso País hoje, pela primeira vez,



é menor do que dos Estados Unidos, pós-pandemia. Ora, todos os índices nossos estão em alta e o desemprego, o emprego em alta e o desemprego em baixa. O Brasil hoje é o País mais procurado para investimento, isso se chama credibilidade no Governo e no nosso Brasil. Então, aos senhores que jogam contra e querem colocar novamente o ladrão na cena do crime, o País, o Brasil não quer isso. A demonstração popular mostra nas ruas: aonde nosso Presidente vai é uma grande multidão aplaudindo-o. Onde esse “descondenado” vai é quase ninguém e o pouco que tem é vaiando esse sujeito que merece, sim, ouvir os gritos do povo “ladrão, ladrão, ladrão”. Isso que é: plantou tem que colher. A vocês que jogam contra o Brasil com essa *Globo lixo*, percam a esperança, que cada dia o nosso País vai estar melhor e cada dia o Presidente Bolsonaro vai estar mais popular no nosso Brasil. A população acordou, não acredita mais em promessas, como tanto fez o PT ao povo. Principalmente o povo do Nordeste, prometendo água por 20 anos e nunca levando, deixaram todas as obras bilionárias estragarem. Teve que vir um Governo Bolsonaro e em três anos e meio levou água praticamente para todo o Nordeste. Isso é Governo sério. Todas as obras inacabadas foram concluídas e novas obras estão sendo feitas, além dos investimentos aí em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias. Enfim, este é o Brasil que queremos. O Brasil conservador, o Brasil verde e amarelo, o Brasil sem corrupção e um Brasil patriota. Infelizmente temos um STF que agora que diz que o movimento de 7 de setembro, que terá, é um movimento fascista, antidemocrático. Movimento do povo, agora, tornou-se antidemocrático. Povo na rua de verde e amarelo, as famílias nas ruas o STF chama de antidemocrático... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. Ao STF movimento antidemocrático é o que os senhores fazem barganhando essas urnas eletrônicas, fazendo *lobby* no Congresso Nacional, defendendo aí... O



Presidente Lula pediu voto, foi feita a denúncia. Não podia pedir voto e até agora se cala o STF e o TSE. Tudo para quem é do lado mal este Judiciário bate palma. Quem é do bem sempre é prejudicado por eles. Movimentos antidemocráticos são movimentos que o MST e outros movimentos criminosos fazem em nosso País: como invasão de terras, como movimento de rua queimando pneu, destruindo patrimônio público. Isso, sim, é movimento antidemocrático. É bom esse pessoal ler a Constituição e novamente entender o que é, realmente, democracia. Democracia é o Brasil de hoje nas mãos do Presidente Bolsonaro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Solicito ao 1.º Secretário, antes da fala do Deputado Tadeu, que proceda à leitura de duas mensagens que acabam de chegar aqui e também do material encaminhado pela Casa Civil.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Perfeitamente, Sr. Presidente. Senhor Presidente, antes de fazer a leitura, permita-me fazer um registro de um comunicado à Casa e lamentar publicamente o falecimento do Ex-Prefeito do município de Primeiro de Maio, Marinho Casanova. Uma figura extraordinária, gente boa, como ele tratava todas as pessoas. Lutou bravamente contra um câncer devastador. Infelizmente o perdemos hoje. Meus sentimentos à filha, nossa Prefeita Bruna, à família italiana, à esposa, enfim, a todos os amigos que sempre partilharam do convívio de uma figura extraordinária.

Mas, Sr. Presidente, recebemos do Chefe do Poder Executivo, Governador do Estado Carlos Massa Ratinho Junior, Mensagem n.º 64/2022, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 379/2022), que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. E a Mensagem n.º 65/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 380/2022), que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.



Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 2348/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 14/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 2345/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura ao Requerimento n.º 5/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 2344/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1574/2022, do Deputado Marcio Pacheco; **Ofício n.º 2342/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6660/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 391/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 296/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.172; **Ofício n.º 396/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 273/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.165; **Ofício n.º 400/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 316/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.171; **Ofício n.º 387/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 101/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.164; **Ofício n.º 398/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 629/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.163; **Ofício n.º 393/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 492/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.162; **Ofício n.º 394/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 299/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.176; **Ofício n.º 403/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 254/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.168; **Ofício n.º 404/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 303/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.174; **Ofício n.º 401/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 662/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.178; **Ofício n.º 395/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 410/2019, sendo convertido na Lei n.º 21.177; **Ofício n.º 397/2022** do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 302/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.170; **Ofício n.º 402/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 283/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.167; **Ofício n.º 399/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 165/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.169; **Ofício n.º 389/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 301/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.175; **Ofício n.º 390/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 105/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.179; **Ofício n.º 392/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 315/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.173; **Ofício n.º 388/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 499/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.166; **Ofício Circular n.º 13/2022** do Ministério do Desenvolvimento Regional, encaminhando Relatório de Segurança de Barragens – RSB 2021, conforme Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, sendo elaborado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Por último, Deputado Traiano, gostaria de indagar o Deputado Galo. Queria dizer que, como muitos, acordei meio tarde hoje, pois o Galo não cantou, graças à vitória do nosso Furacão, à grande vitória que tivemos ontem, mostrando a força do futebol paranaense. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador, pela Liderança do PT, Deputado Tadeu.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): *Pela Ordem*, Sr. Presidente, Soldado Fruet.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Soldado Fruet.



DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Só informar aos nossos nobres colegas Deputados Estaduais da Comissão de Turismo que temos alguns projetos em pauta aí e, logo após a Sessão, aqui na sala, reunião. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero fazer hoje uma referência à proposta do novo ensino médio, Sr. Presidente, e uma referência também à Secretaria da Educação. Falei com o Deputado Lemos sobre o que estão propondo hoje. Mas, antes, quero também fazer aqui um registro e lamentar o falecimento de um companheiro nosso. Quem conheceu o Zé Roberto, Presidente do Sindijus, durante muito tempo, uma pessoa que esteve muitas vezes aqui na Assembleia Legislativa, fez uma luta incansável em defesa dos servidores públicos do Poder Judiciário e durante esse período todo nunca se omitiu, nunca se omitiu nesses últimos 15 ou 20 anos em que esteve sempre à frente do sindicato. Infelizmente esse companheiro nosso teve um infarto no sábado e acabou indo a óbito. Também dizer, Sr. Presidente, que todos viram aquelas manifestações no final de semana, onde o Ex-Juiz, candidato agora ou pré-candidato a Senador, parece que não foi um dia muito feliz, Deputado Requião, para o Sr. Sérgio Moro, que andou na feirinha aqui do Juvevê, uma feirinha conhecida, conhecida por ser uma feirinha de classe média, ele acabou não podendo fazer aquilo que achou que faria, que era uma manhã de autógrafos. Foi bastante hostilizado na feira, assim como, aliás, foi também Jair Bolsonaro. Para aqueles que gostam de achar que Jair Bolsonaro é a última *bolacha do pacote*, devem ter visto sendo expulso de dentro da churrascaria em São Paulo e depois sendo vaiado quando a sua presença foi citada no estádio do Palmeiras. Mas isso é um processo ladeira abaixo. Ladeira abaixo. Vai acontecer e vai acontecer direto, é consequência de todas as barbaridades que estão sendo feitas nesse último período. Senhor Presidente, teremos agora, Sr.^s Deputados, ainda no mês de agosto, talvez no mês de setembro, Deputado Homero, teremos a votação da



LDO e aproveito aqui para fazer mais uma vez um apelo. A LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, há muitos anos vimos dizendo que é preciso reduzir os percentuais dos Poderes que têm reiteradamente devolvido recursos ou têm mais recursos do que precisam, o caso específico da Assembleia Legislativa, mas principalmente do Ministério Público e do Tribunal de Justiça. Não é crível que o Ministério Público, Deputado Homero e demais Deputados, que o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, que detêm fatias bastante gordas do orçamento, hoje mais de R\$ 1 bilhão do Ministério Público e cerca de 2 bilhões do Tribunal de Justiça, continuem com esses percentuais. Temos dito que muitas vezes há falta de recursos no Executivo e essa falta de recursos em parte é inclusive por uma decisão tomada pelo Governador em exercício, Orlando Pessuti, quando fez uma nova repartição do bolo e colocou parte de valores ou de percentuais que não tinham direito a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas por consequência, o Ministério Público e o Poder Judiciário, mas Orlando Pessuti colocou, aumentou artificialmente os valores repassados. E agora, quando vamos votar a LDO, há muitos anos temos dito que é preciso reduzir esses percentuais, é preciso reduzir os percentuais do Tribunal de Justiça, é preciso reduzir os percentuais do Ministério Público, é preciso reduzir os percentuais da Assembleia Legislativa, porque enquanto os servidores públicos penam e penam para ter, e não estou falando em reajuste, não, e nem em aposentadoria, já foi tirada, penam para ter papel higiênico em uma universidade. Papel higiênico! Que não tem dentro da universidade. Lâmpadas, que não tem lâmpadas em algumas áreas de atendimento a prédios públicos, gasolina que falta muitas vezes para esses funcionários fazerem o seu trabalho. Nos demais Poderes, e não estou dizendo com isso que é um mar de tranquilidade, mas é um período de dificuldades, nos demais Poderes há sobra de recursos. Então, na mais justo que, neste período de dificuldades, sabemos que o Ministério Público e o Tribunal de Justiça têm recursos sobrando, têm recursos sobrando e vamos fazer, Sr.^s Deputados, como todos os anos fizemos, por uma questão de coerência, emendas, que, aliás, já foram entregues, para que haja, Deputado Plauto, redução desses percentuais, porque não dá para fazer dois discursos, não dá



para termos ilhas, como dizia o Ex-Secretário, não só o Ex-Secretário, mas o Secretário do Governador Carlos Alberto Richa, que tínhamos ilhas de prosperidade em frente a um mar de dificuldades. E temos mesmo! Temos mesmo! Isso não é um desrespeito ao Ministério Público, não é um desrespeito ao Tribunal de Justiça, não é um desrespeito à Assembleia Legislativa, como, aliás, alguns às vezes gostam de fazer até para ganhar um pouco de carinho desses espaços, sejam Deputados, sejam Juiz e Promotores, sejam Desembargadores. Não se trata disso. Trata-se de fazer justiça no serviço público. Temos mais de 200 mil servidores, cerca de 30 mil ou 35 mil em dois Poderes e no Ministério Público e não é correto que continuemos tendo essa absurda, absurda diferença entre todos. Inclusive aqui, no Ministério Público, no Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas, de forma correta, estão sendo pagos os percentuais devidos da inflação, em compensação o Poder Executivo passa longe disso. Então, fica aqui um apelo para que todos os Deputados assinem conosco a emenda reduzindo o percentual.

Deputado Homero Marchese (REP): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Pois não, Deputado. Depois quero entrar na questão do ensino médio.

Deputado Homero Marchese (REP): Deputado Tadeu, é um tema interessante que o senhor traz a esta Casa, porque estou sendo perguntado se houve uma apresentação de emenda para aumentar o orçamento do TJ e do MP. Não por parte da Oposição, por parte de outro Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Por parte da Oposição de jeito nenhum!

Deputado Homero Marchese (REP): Por parte de outro Deputado. É uma questão que estamos tentando esclarecer. Queria pedir até à assessoria da Casa para nos responder isso, se houve a apresentação de uma emenda para aumentar o orçamento. Vamos ficar bem atentos a isso. E queria parabenizar o senhor pela iniciativa.



DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Acredito que não, Deputado Homero, porque seria tão incoerente! É meio como você ter alguém que já está com toda a sua alimentação sobre a mesa, um monte de gente esperando para comer e você põe mais comida naquela mesa e deixa os outros passando fome. Acho que ninguém seria tão incoerente de fazer uma emenda tão absurda como essa. Não acredito nisso, porque seria uma coisa realmente absolutamente fora de qualquer contexto. Aliás, acho que os Deputados que fazem parte da Comissão de Orçamento podem esclarecer isso. Estamos com as nossas emendas lá, os senhores também, são todas elas públicas. Mas, o que me traz aqui, Sr. Presidente e Sr.^o Deputados, é a questão do novo ensino médio. Recebi uma proposta do que será o novo ensino médio para o ano que vem e o absurdo é que no terceiro ano do ensino médio as aulas que deveriam ser aulas normais, de inglês, aulas de química, aulas de física e algumas outras disciplinas, todas elas no terceiro ano serão zero, não haverá nenhuma dessas aulas. E aí fiquei olhando quais são as novas disciplinas, Professor Lemos. As novas disciplinas que se propõem: Geopolítica, Oratória, Oratória de Comunicação I e II, Mídias Digitais e Processos Criativos, Política Esportiva, Ética e Liderança, Governo – o que é e para que serve, Proficiência e Mundo do Trabalho, Sociedade Brasileira – Passado e Futuro, História e Arte. Para aqueles que falam que não é possível fazer nenhum debate a respeito de política dentro das escolas, fico me perguntando como é que se vai dar uma aula desta disciplina, perguntando: Governo – o que é o para que serve? Sem falar na política. Como que se fala em Geopolítica, sem falar na política? Como que se fala em sociedade brasileira – passado e futuro, sem falar na política? Porque quando se falava em retirar Sociologia, um dos argumentos era justamente esse, que Sociologia e Filosofia são disciplinas para fazer com que os alunos sejam doutrinados. Agora será muito interessante ver como será dada aula de Governo, para que serve? Será que cada governante vai dizer, Soldado Fruet, para que serve o Governo conforme a sua visão de Governo? Então, vejo que teremos alguns problemas. E outra situação, na semana que vem vamos trazer isto aqui, se de fato há uma editora que já tem todos esses livros prontos, todos esses livros já estão prontos, o Estado estaria comprando



esses livros dessa editora e justamente por os seus livros já estarem prontos é que o Estado irá comprar da editora e justamente por comprar da editora é que está mudando o ensino médio, criando disciplinas que não existiam para contemplar os livros da editora. Ora... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Se isso de fato acontecer, não sei se o Ministério Público vai se envolver nisso ou não, porque o Ministério Público ultimamente tem se envolvido em muito pouca coisa, com exceção de algumas situações pontuais, que, aliás, agora até vou aguardar para ver como será o desfecho aqui daquela denúncia feita por quem está investigando a morte do Marcelo Arruda, lá em Foz do Iguaçu, quando disse que havia alteração e as fitas foram apagadas. Mas, isso é um problema do Ministério Público! Não sei se vai se envolver nisso aqui, agora vamos registrar em cartório o nome da editora, porque se na licitação de fato essa editora ganhar e essa editora tiver os conteúdos que já estão sendo ditos que serão aplicados no novo ensino médio, aí fica bastante fácil o trabalho de quem tem que investigar, porque é esse o nosso papel, mas quem pode fazer a denúncia, quem deve investigar não somos nós, são justamente os Promotores e, claro, que julgar são os Juízes e os Desembargadores. Por isso, volto a dizer que esses espaços têm o seu papel, mas não podem ter privilégios. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No horário da Liderança do Governo, Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, demais pares, subo à tribuna hoje desta Casa de Leis para parabenizar a população piaçanduense, hoje, sancionada pelo Governador Ratinho Junior, a criação da comarca de Paiçandu. Parabenizar aqui a Deputada Maria Victória, o Deputado Evandro Araújo, Deputado Doutor Batista, Deputado Homero, Deputado Adriano José e este que vos fala. Estivemos reunidos por várias vezes no



Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com o Desembargador José Laurindo, que muito se esforçou para que hoje fosse assinada a lei que sanciona e cria a comarca de Paiçandu. Vai beneficiar ali uma população de quase 60 mil habitantes, moradores de Ivatuba, Floresta, Doutor Camargo e a própria cidade de Paiçandu, que tinham de buscar Justiça na vizinha cidade de Maringá. A partir ainda desse ano teremos lá pelo menos dois Juízes e dois Promotores de Justiça na comarca de Paiçandu, beneficiando, então, essa população de quase 60 mil habitantes. Uma conquista muito grande. Parabenizar a Câmara de Vereadores de Paiçandu, o Prefeito Ismael, o Vice-Prefeito Val, que constantemente estavam aqui na capital em busca desse objetivo. Muitos, Doutor Batista, não acreditavam na criação da comarca de Paiçandu. Inclusive tinha o chamado *fogo amigo*, muitos interesses contrários à criação da comarca de Paiçandu. Então, parabéns a toda a população de Paiçandu. Tenho de falar aqui também, o Soldado Fruet esteve aqui na tribuna falando da questão da falta de alimentação, em colégios, possivelmente, em colégios cívico-militares. Ah, sim, então, o senhor me perdoe, Fruet, fiz uma confusão aqui. Queria colocar esse tema, porque nesses dias estive em um colégio, onde a diretora é extremamente *vermelha*. No seu perfil do WhatsApp tem lá foto do ex-presidiário e Presidente Lula. Ela fez elogios enormes à alimentação que é dada, hoje, nas escolas estaduais, que é fornecida pela Secretaria da Educação. Então, queria fazer esse registro, que não tem nada a ver com escolas cívico-militares, o senhor me perdoe. Quis fazer esse registro porque hoje nas escolas estaduais temos boa alimentação, farta alimentação. Inclusive aprovamos, recentemente, acho que passou um Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, que falava do programa de incentivo à alimentação à base de peixes nas escolas estaduais. Nesse dia que fui a essa escola, em que a diretora é “petista”, ela me mostrou lá que já tinha peixe à vontade. Então, quer dizer que isso já está sendo levada a alimentação, às escolas estaduais do Paraná. Temos, sim, alguns outros problemas, mas esse da alimentação podemos dizer que está de parabéns. Quero também falar que não perdeu nada, Líder Marcel Micheletto, o Governador Ratinho Junior de não ter ido ontem ao debate que foi proporcionado pela *Televisão Bandeirantes*, a *Band*,



porque assisti a uma boa parte do debate, Deputado Homero Marchese, e vou falar para o senhor, que *show de horrores*, hein? A pessoa vai para um debate, propõe-se a ser candidata ao Governo do Estado do Paraná e chega ao debate e começa a criticar o agronegócio do Paraná. O agronegócio que gera 28 a 30% do PIB brasileiro, das riquezas deste País e diz que tem que acabar com o agronegócio e que pode invasão de terra, pregam abertamente invasão de terras, de prédios públicos. Dizem que tem que acabar com a Polícia Militar. Teve uma candidata lá – esse termo não conhecia –, ela disse que vai governar para os de baixo. Não sei, não encontro no dicionário esse termo. Vai governar para os de baixo. Então, assim, com todo o respeito, o Governador Ratinho Junior não perdeu nada em não ir ao debate. As perguntas eram em uma *colinha*. As respostas ou as réplicas eram uma *colinha*, eles liam. Que debate é esse, se um candidato vai para o debate e tem que ficar lendo perguntas e respostas? Então, o Governador acertou em não ir a um debate desses de péssima qualidade e com todo o respeito, com todo o respeito a essas pessoas, muito mal informadas de números, com relação à geração de empregos no Paraná, à geração de renda no Paraná. Alguns lá falando que se forem eleitos iriam acabar com o pedágio, mas não temos pedágio mais no Paraná. Já estou há um ano andando pelas estradas do Paraná. Aliás, não sei por que algumas pessoas insistem em vir aqui e ficam falando em pedágio, pedágio. Olhem, as estradas do Paraná estão muito bem cuidadas neste momento. Não vejo necessidade de pedágio nenhum no Paraná. Vou e volto de carro para o Norte do Paraná. Vou e volto dirigindo, eu mesmo, Deputado Delegado Jacovós, e não vejo necessidade de pedágios nas estradas no Paraná. Já falei, aqui: *Governador Ratinho Junior, pegue uma retroescavadeira, uma pá carregadeira e derrube essas praças de pedágio que ainda existem. Isso aí só serve para acidentes no Paraná.* Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): *Pela ordem, Sr. Presidente.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,*
Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, quero fazer um convite a todos os membros da Comissão de Saúde, ao Deputado Michele Caputo, Deputado Arilson Chiorato, Deputado Ricardo Arruda, Deputada Cristina Silvestri, Deputado Evandro Araújo, Deputado Marcio Pacheco. Amanhã, às 9h30, Sr. Presidente, reunião da Comissão de Saúde na sala da CCJ. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem,* Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,*
Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Senhor Presidente, queria só registrar aqui uma nota de pesar. Ontem, o octacampeão mundial de jiu-jitsu, Leandro Lo, foi assassinado em São Paulo, em um ato covarde, em uma situação muito complicada que temos hoje em dia. As pessoas não dão mais valor à vida. Um policial, então, teve ali dentro de um clube uma reação, em uma briga com o Leandro, e deu tiro na cabeça desse rapaz de 33 anos, que muito bem representava o nosso País. Um grande lutador de jiu-jitsu que era exemplo para todos. Então, deixo aqui o meu pesar a toda a família, que se sintam abraçados neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra,
Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente Traiano, caros colegas. Subo aqui hoje para cobrar algo semelhante, Deputado Homero, ao que o senhor cobrou. A imprensa do Paraná tem sido uma imprensa estranha. A tal da *Rede Massa*, ligada à família do Juninho, para eles não existe nenhum outro candidato no Paraná, a não ser o Juninho, não tem de nenhum outro Partido, não existem. Já uma tal de *R/C TV*, da *Rede Jovem Pan*, do Sr. Leonardo



Petrelli, tem se prestado a um serviço de atacar todos os candidatos que não são o Juninho. E me pergunto: Por quê? Mas conheço o Petrelli de longa data. Aí fui dar uma procuradinha o que levaria esse senhor a colocar alguns dos seus pseudojornalistas, porque na *R/C* tem gente boa, mas tem uns pseudojornalistas lá que são usados para atacar os seus desafetos. E aí, Presidente, descobrimos que a *R/C* ganhou, sem nenhuma licitação, R\$ 3 milhões para transmitir videoaulas durante a pandemia, zero licitação. Teve aditivo? Não sei, estou perguntando. Quanto ganharam da Sanepar e da Copel? Não sei, estamos perguntando. Mas o mais engraçado é que uma concessão de televisão ou de rádio é nada mais, nada menos do que uma concessão, não é do Petrelli, é do Governo, é do Estado, do Estado Brasil, da nossa Nação. E a concessão ela deve ser imparcial, deve dar notícias. E, quando ela é parcial, podemos encaminhar inclusive ao Ministério Público e ao Ministério da Comunicação um pedido de revogação da concessão. Geralmente quando somos “atacados pelo cachorro”, batemos no dono, não “batemos no cachorro”, mas no caso da *R/C*, o “canil” está grande demais, e muito, muito sem *pedigree*. Então, Sr. Leonardo Petrelli, o senhor entra na linha ou vamos levar o senhor até o Ministério Público para o senhor explicar esses “rios de dinheiro” que andam fluindo para a *R/C*, inclusive ganhando mais do que a própria Band, e o senhor vai ter que explicar os seus posicionamentos dos seus ataques, porque está muito claro que imparcialidade não está acontecendo, R\$ 3 milhões aqui, mais dinheiro da Copel e da Sanepar ali, a *Jovem Pan* muito bem tratada pelo Governo, e queremos saber qual é o fim dessa história, porque vamos começar a pedir a explicação de cada centavo que essa televisão e essa rádio e seus *blogs* têm recebido. E como conheço o Petrelli, ele é muito parecido com o nosso Governador, o atributo coragem não é algo que lhe é peculiar, vamos ver como é que isso vai terminar. Já o Deputado Jacovós colocou umas coisas aqui que me divertem. Falou que a nossa merenda está farta. Está farta, sim, “farta” explicação meu amigo, Jacovós. O Governo pagou R\$ 64,00 em um pote de manteiga, que no mercado mais caro de Curitiba custa 50,00. Está farta, “farta” planejamento, porque tem escola que está recebendo de uma vez só a merenda e não tem



onde guardar, porque não tem *freezer* para colocar o peixe ou a carne. Então, farta, “farta” planejamento, como “fartou” o planejamento na denúncia do Soldado Fruet. Preocupados com a propaganda de abrir escolas para novos policiais, não se preocuparam com a merenda, com o rancho desses policiais. Falta planejamento quando comemoramos a abertura de mais um Batalhão, sem nenhum novo policial na rua. Um Batalhão importante, mas esse Batalhão vai gerar mais cargos para oficiais e menos policias nas ruas, porque terá que ter policial dirigindo para Coronel, terá que ter policial atendendo ao telefone, terá que ter policial no rancho, terá que ter policial no cassino, terá que policial fora das ruas, mais policiais fora das ruas é o que temos com os novos Batalhões, que “fartou”, “farta” planejamento e sobra propaganda. Então, o que temos é mais do mesmo. Em relação ao debate, vejo que criticaram aqueles candidatos se colocando por pequenos Partidos, mas com a coragem e a hombridade de valorizar a democracia e estarem presentes, estavam nervosos, perderam-se nas falas, tiveram problemas para ler o material que levaram prontos. Talvez tenha sido esse o motivo que o nosso Governador Juninho não foi para o debate, ele não conseguiria sequer ler as colinhas, mas teremos outros debates, e espero, Juninho, que você encontre, ou que pegue emprestado de alguém um pouquinho de coragem, porque o Paraná quer ver o debate, quer ver os números e quer discutir o futuro do nosso Estado. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS),



Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT) e Tercílio Turini (PSD) (**49 Parlamentares**); **Deputados ausentes com justificativa:** Gilson de Souza (PL), para função administrativa; Tiago Amaral (PSD), conforme art. 97 § 3º Inciso VI do Regimento Interno; Arilson Chiorato (PT), conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno (**3 Parlamentares**); **Deputados ausentes sem justificativa:** Nelson Justus (União) e Tião Medeiros (PP) (**2 Parlamentares**).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 372/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade Águas do Sagrado, com sede no município de Morretes; **Autuado sob o n.º 373/2022**, do Deputado Nelson Luersen, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de rampas de escape às margens das rodovias estaduais; **Autuado sob o n.º 374/2022**, do Deputado Marcio Nunes, que altera a Lei n.º 20.888, de 16 de dezembro de 2021, que denomina de Otoniel Ferreira o viaduto no km da Rodovia PR-182, no município de Iporã; **Autuado sob o n.º 375/2022**, do Deputado Marcio Nunes, que denomina Coronel Antônio Roberto dos Anjos Padilha o Instituto de Criminalística de Campo



Mourão; **Autuado sob o n.º 376/2022**, do Deputado Soldado Fruet, que dispõe sobre a vedação de nomeação de parentes dos membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em cargos de provimento em comissão da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 377/2022**, do Deputado Soldado Fruet, que altera a Lei n.º 18.451/2015, que dispõe sobre a criação de estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná e adoção de outras providências; **Autuado sob o n.º 378/2022**, do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Shotokan Faxinal Karate-Do (ASFK).

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados**.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente. O Deputado Coronel Lee me disse que não entendeu o nome do caratê que o senhor falou, como era o nome do caratê?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Depois informo pessoalmente ao Deputado Coronel Lee, ou lhe entrego o material para a leitura dinâmica.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): É Karatê Shotokan, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Mas é exatamente isso que falei, V.Ex.^a agora me auxiliou.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Está bom. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

Passamos aos Itens da pauta.

Temos sete Redações Finais, Sr.^s Deputados.



(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 409/2020, de autoria dos Deputados Evandro Araújo e Ademar Traiano, que altera a Lei n.º 18.451, de 6 de abril de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 360/2021, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Cantora Mara Lima, Galo e Maria Victória, que altera dispositivos das Leis n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, e n.º 18.746, de 6 de abril de 2016, que torna obrigatória a divulgação do Serviço Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 423/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Circuito Cicloturístico Entre Rios Noroeste.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 424/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que institui o Circuito Cicloturístico Rio Paraná.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 478/2021, de autoria dos Deputados Tercílio Turini, Tiago Amaral, Goura, Evandro Araújo e Cobra Repórter, que altera a Lei n.º 20.673, de 27 de agosto de 2021, que institui o Circuito Cicloturístico Rota Norte Pé Vermelho.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 619/2021, de autoria dos Deputados Do Carmo e Boca Aberta Junior, que concede o Título de Capital Paranaense do Mel ao município de Ortigueira.

ITEM 7 – Redação Final do Projeto de Resolução n.º 5/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri, Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Luciana



Rafagnin e Maria Victória e dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Boca Aberta Junior, Anibelli Neto, Goura, Marcio Nunes, Michele Caputo, Douglas Fabrício, Arilson Chiorato, Professor Lemos e Nereu Moura, que altera o anexo único da Resolução n.º 11, de 23 de agosto de 2016, que trata do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Voto contrário ao Item 7, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Voto contrário ao Item 7 do Deputado Homero Marchese.

ITEM 8 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 328/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 57/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 16.575, de 29 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à Polícia Ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação Federal e estadual e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Senhor Presidente, Deputado Francisco Bührer está com dificuldades de acesso.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Vossa Excelência vota “sim”?

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Também não estou conseguindo votar aqui, não sei...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, Deputado Michele, tente votar novamente, porque o sistema havia caído. Ainda pendentes os votos do Deputado Artagão, Gilberto Ribeiro, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Soldado Adriano. Deputado Michele vota “sim”?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada: [*Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (13 Deputados).]*] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 328/2022. Quarenta e dois votos, com o voto do Deputado Michele. Está aprovada a emenda.

ITEM 9 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 641/2019, de autoria do Deputado Artagão Junior, que institui no calendário oficial de eventos do Estado do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Paraná o quarto sábado do mês de agosto como o Dia Estadual Quebrando o Silêncio. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Voto “sim” também, Presidente.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Questão de ordem, Presidente. Só para comunicar para a Casa, protocolamos, então, uma nota de pesar pelo falecimento do Ex-Vereador e Deputado Federal José Felinto. Deixamos aqui os nossos sentimentos à família. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A nota será encaminhada à família, Deputada Mara. Ainda pendentes os votos dos Deputados Adelino Ribeiro, Anibelli Neto, Artagão, Jacovós, Guto Silva, Marcel Micheletto.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): O senhor registra o meu voto “sim”, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo**



Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Nelson Justus, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 641/2019. Quarenta e três votos, com o voto do Deputado Soldado Adriano. Está aprovado o Projeto.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 9/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Mabel Canto, que altera a Lei n.º 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Sr. Presidente. Um importante Projeto. *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Enquanto esperamos o resultado da votação, quero convidar todos os Parlamentares que tenham interesse em fazer o debate sobre a terceirização da saúde do nosso Estado. Amanhã teremos uma Audiência Pública no Plenarinho. Quem está organizando é o SindSaúde para debater os problemas que temos com a terceirização no nosso



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Estado do Paraná, a terceirização da saúde. Então, fica aqui o convite a todos os Parlamentares, no Plenarinho a partir das 9 horas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^o Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes, Nelson Justus, Tiago Amaral e Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^o 9/2022.**

Vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Em votação a emenda. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio



Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Tiago Amaral e Tião Medeiros (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda.**

ITEM 11 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 343/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 59/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20.084, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CJ e Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Regime de urgência. (**Sobre o Projeto:** Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Nereu Moura, Cristina Silvestri, Tercílio Turini, Boca Aberta Junior, Tadeu Veneri e Anibelli Neto.) **O Item 11 recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 565/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que institui como Rota Turística Rural no Estado do Paraná o Caminho dos Cafés das Mulheres. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Turismo e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente. Não estou conseguindo votar aqui. Estou no oposto à direita, Sr. Presidente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bancada Independente.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Voto “sim”, senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência mudou de posição agora?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Não, senhor. É oposto à direita. Lá não tem espaço. Estou aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência está na esquerda agora.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Não, senhor. É oposto à Direita. Não é esquerda, senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esquerda festiva. Deputado Soldado Adriano, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tercílio Turini (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 565/2021.



ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 91/2022, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência aos Necessitados, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ. **O Item 13 está sendo retirado de ofício.**

Os Itens 14 e 15 a votação será agrupada.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 152/2022, de autoria do Deputado Homero Marchese, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Funverde, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 348/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Cilla Tech Park, com sede no município de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson



*Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os dois Projetos.***

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2626/2022, do Deputado Luiz Carlos Martins, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Iracema Soares do Amaral Cordeiro; **Requerimento n.º 2627/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Delegado Wagner Mesquita de Oliveira, e ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Paraná, Sr. Sílvio Jacob Rockembach, requerendo providências administrativas para a disponibilização de reforço no efetivo (investigadores) e ampliação do horário de atendimento (plantão) na Delegacia de Polícia de Palmas, no sudoeste do Estado; **Requerimento n.º 2628/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. José Roberto Tiossi; **Requerimento n.º 2629/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Estado da Comunicação Social e da Cultura, requerendo providências para a implementação do disposto na Lei n.º 21.013/2022, que instituiu o “Agosto Cinza”, dedicado à reflexão e à promoção de eventos sobre prevenção e combate a incêndios; **Requerimento n.º 2632/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Estado de Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, requerendo a investigação de invasão ocorrida na Catedral São José, em Campo Mourão; **Requerimentos n.os 2633 a 2670/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Wanda Voystk; Jandira Francisca da Cruz; Adonaide Migliorini; Maria de Lourdes Vieira; Eliza



Maria Gonçalves da Silva; Helena Regailo Cunhanski; Aparecida Nícia dos Santos; José Roberto Pereira; João Wasilewski; Valdevino José da Luz; Pedro Santos de Oliveira; Orlando Braz; João Kubinski; Maria Fermina de Oliveira; Manoel Oliveira de Lima; Lila Bilobran; Elisa de Fátima do Carmo Martins; Gloria Netto de Oliveira; Vitorino Ribeiro da Silva; Leonilda Mendes; Iumara Tikler; Valmeci de Fátima Garcia; Orlando Oleinik; Roseli de Fátima Rodrigues Machado; Teresa Fagundes de Ramos; Eloina da Annunciação; José Valter Brigola; João Stelmah; Glaura Barbosa Pinto; Antonio Carlos Martins; Carlos Luiz Nanuncio; Fernando Ferreira Mendes; Orestes Feld; Osmar José Pinheiro; Erahyses dos Santos Mello; Maria Leonilda Veiga da Silva; Maria de Lourdes Macedo Pacheco; e Lisete de Fátima Ferreira; **Requerimento n.º 2671/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Ângelo Pagliosa; **Requerimento n.º 2672/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Estado da Administração e da Previdência, Sr. Elisandro Pires Frigo, pleiteando a regulamentação de atendimento prioritário a pacientes com moléstia grave no âmbito do serviço de Assistência ao Servidor – SAS.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2625/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a retirada da emenda n.º 4 ao Projeto de Lei Complementar n.º 6/2022, da Sessão Ordinária antecipada do dia 3 de agosto de 2022, para o dia 2 de agosto de 2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2630/2022**, do Deputado Guto Silva, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de agosto de 2022; **Requerimento n.º 2631/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de julho de 2022.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras Sessões Ordinárias para amanhã, dia 9 de agosto de 2022, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia:** 79.^a Sessão Ordinária: Redação Final do Projeto de Lei n.^º 328/2022; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 9/2022; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 565/2021, 152/2022, 343/2022 e 348/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 116/2020 e 276/2022; e 80.^a Sessão Ordinária: 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 116/2020, 689/2021 e 276/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 816/2019, 13/2022 e 16/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h51, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)